

A DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO E DO ESPAÇO NA OBRA DE LÉLIA GONZALEZ

The racial division of labor and space in Lélia Gonzalez' work

La división racial del trabajo y del espaço en la obra de Lélia Gonzalez

SOFIA MARIA DO CARMO NICOLAU¹
ORCID: 0000-0003-2478-0526

NATALINO NEVES DA SILVA²
ORCID: 0000-0002-1746-8713

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir, de maneira sistemática, acerca dos conceitos de divisão racial do trabalho e divisão racial do espaço no pensamento da intelectual brasileira Lélia Gonzalez. Tratando-se de categorias que se articulam ao conjunto de sua obra, Gonzalez as pontua em diferentes contextos de sua atuação intelectual, entre os anos 70 e 80, denotando a estruturação racial da sociedade brasileira. Nesse sentido, a pesquisa em tela buscou retomar como essas categorias se apresentam na obra da autora, como dialogam entre si e com outros trabalhos, como são mobilizadas por intelectuais contemporâneos e, por fim, suas potencialidades para a área das relações raciais em contextos afrodiaspóricos.

Lélia Gonzalez; Intelectual negra; Divisão racial do trabalho; Divisão racial do espaço.

ABSTRACT

The present article aims to reflect, in a systematic manner, on the concepts of racial division of labor and racial division of space in the thought of the Brazilian intellectual Lélia Gonzalez. As categories that articulate with the body of her work, Gonzalez highlights them in different contexts of her intellectual activity between the 1970s and 1980s, denoting the racial structuring of Brazilian society. In this sense, the research at hand sought to revisit how these categories appear in the author's work; how they dialogue with each other and with other studies; how they are mobilized by contemporary intellectuals; and, finally, their potential for the field of race relations in Afrodiasporic contexts.

Keywords: Lélia Gonzalez; Black Intellectual; Racial division of labor; Racial division of space.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar, de manera sistemática, sobre los conceptos de división racial del trabajo y división racial del espacio en el pensamiento de la intelectual brasileña Lélia Gonzalez. Al tratarse de categorías que se articulan con el conjunto de su obra, Gonzalez las señala en diferentes contextos

¹ Mestranda em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Integrante e uma das idealizadoras do Coletivo Retomadas Epistemológicas. Foi bolsista de monitoria na disciplina Sociologia II (2020 - 2022). Monitora da disciplina sociologia urbana. Iniciação científica no Grupo Filosofia, Direito e Poder (GFDP). Membro do Centro de Estudos Urbanos da UFMG (CEURB) (2018- 2021). Tem interesse nos seguintes temas: Sociologia das relações raciais, sociologia urbana, migrações, gênero e desigualdades. E-mail: Sofiacarmo56@gmail.com

² Professor Adjunto da Faculdade de Educação (FaE), Departamento de Administração Escolar (DAE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas (UFMG). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Afrodiaspora e Educação (Gepe Afro). Pesquisador associado do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA), do Sou Ciência – Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (UNIFESP) e do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA). É membro da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) (ABPN). E-mail: professornatalino@gmail.com

de su actuación intelectual entre los años setenta y ochenta, lo que evidencia la estructuración racial de la sociedad brasileña. En este sentido, la investigación aquí presentada buscó retomar cómo estas categorías se manifiestan en la obra de la autora; cómo dialogan entre sí y con otros trabajos; cómo son movilizadas por intelectuales contemporáneos; y, por último, sus potencialidades para el campo de las relaciones raciales en contextos afrodiaspóricos.

Palabras clave: Lélia Gonzalez; Intelectual negra; División racial del trabajo; División racial del espacio.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto das discussões realizadas em um trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais, cujo objetivo foi debruçar sistematicamente acerca dos conceitos de “divisão racial do trabalho” e “divisão racial do espaço” na obra da intelectual e militante Lélia Gonzalez. As categorias são articuladas pela autora como parte dos mecanismos de discriminação racial no Brasil, sendo ora descritas de maneira conjunta, ora separadas, mas partem de uma mesma matriz conceitual: uma forma de organização das relações sociais no Brasil que passa pelo crivo da raça.

Apesar de presentes, essas categorias não são abordadas de maneira sistemática na obra de Lélia Gonzalez. Em outros termos, a intelectual não dedica uma comunicação ou texto específico para conceituá-las ou explicitá-las. No entanto, aparecem com recorrência em suas palestras, textos e entrevistas, mesmo que de maneira dispersa. A contribuição desta pesquisa insere-se precisamente nesse contexto, dada a lacuna de um estudo que busque compreender, de maneira aprofundada, como ambos os conceitos se articulam entre si e com a obra de Gonzalez.

Dessa forma, neste artigo, pretendemos refletir, de maneira sistemática, sobre os conceitos de divisão racial do trabalho e de divisão racial do espaço em seus contextos de elaboração pela já mencionada intelectual brasileira, levando em consideração que são pilares para compreender a posição que a população negra ocupa no Brasil e os aspectos reprodutivos desse lugar social. As reflexões aqui desenvolvidas são resultantes de apreensões e diálogos estabelecidos por meio de leituras pessoais e de caráter mais sistematizado da obra de Lélia Gonzalez. Assim, busca-se empreender esforços teórico-metodológicos com vistas a estabelecer uma interpretação crítica desses conceitos.

Considerando a natureza do problema de pesquisa, o presente estudo é qualitativo (Flick, 2004), sendo a revisão de literatura o principal procedimento metodológico utilizado para analisar e interpretar o material coletado (André; Ludke, 1986). Para tanto, foi feito um mapeamento dos registros em que os conceitos supracitados são considerados, sobretudo por meio de livros que organizam sua obra, a saber: *Primavera para rosas negras*, *Por um feminismo afro-latino-americano* e *Lugar de negro*, sendo este último escrito pela intelectual em parceria com Carlos Hasenbalg.

Inicialmente, abordaremos o conceito de divisão racial do trabalho, que explicita o papel da raça na distribuição de posições na estrutura ocupacional e dialoga com a noção de “seleção racial”, também elaborada por Lélia Gonzalez. Posteriormente, debruçar-nos-emos sobre a concepção de divisão racial do espaço, entendida como uma linha de demarcação racial que opera tanto no espaço físico quanto no social. No último tópico, realizaremos uma cartografia conceitual, mapeando as menções dessa pensadora e ativista negra em relação a esses conceitos em diferentes tipos de registros. É importante destacar que, apesar de serem abordadas em sessões diferentes, a divisão racial do trabalho e a divisão racial do espaço emergem de maneira correlacionada em seu pensamento.

A DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO NO PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ

Desde a constituição da modernidade, a colonialidade se faz presente na organização global das relações sociais e na estruturação das desigualdades (Mignolo, 2017). Isso ocorre porque a formação social e as ideias que embasam o processo civilizador carregavam em suas entranhas aquilo que as constitui profundamente: o terror racial (Gilroy, 2001). Em continuidade e como efeito, no Brasil, a distribuição na estrutura de classes e de oportunidades também é ancorada nas diferenciações raciais que resultam e constituem a modernidade e o estabelecimento do capitalismo.

A divisão racial do trabalho é apreendida por Lélia Gonzalez levando em consideração essa compreensão. Em outras palavras, essa divisão atua diretamente na distribuição das posições ocupacionais de maneira desfavorável aos não brancos, consequentemente relegando a população negra às posições mais baixas da estrutura ocupacional. O conceito evidencia, portanto, o lugar da raça na consolidação do capitalismo periférico no país e, sobretudo, o lugar da população negra nesse processo. Assim, a divisão racial do trabalho é um fenômeno que perpassa todos os aspectos da organização social sob o regime do capital, tanto no Brasil quanto no mundo:

É nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema da estratificação social. Desnecessário dizer que a população negra, em termos de capitalismo monopolista, é que vai constituir, em sua grande maioria, a massa marginal crescente. Em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitização pelo setor hegemônico), ela se configura como exército industrial de reserva. (Gonzalez, 2020, p. 35)

Analogamente, Du Bois (2021) entende a linha de cor como uma linha de separação racial que, de maneira global, rege as relações sociais. Hasani Santos (2021) a interpreta como uma organização global das relações e estruturas sociais mediadas pelo processo de racialização. Essa demarcação racial acontece mediante o que o sociólogo chama de véu, ou seja, um encobrimento da humanidade de pessoas negras sob o signo racial. O que Du Bois (2021) elabora conceitualmente como linha de cor é expresso em Gonzalez, de maneira similar, a nosso ver, pela divisão racial do trabalho, que, como bem aponta Fernanda Fonseca (2021), demarca aqueles que serão privilegiados pela estrutura social racista no processo de estabelecimento do capitalismo e aqueles que serão relegados à massa marginal no mercado de trabalho.

Lélia Gonzalez, no entanto, apesar de pontuar o caráter global da divisão racial do trabalho, atém-se à forma com que o racismo organiza as relações raciais no contexto nacional. É exatamente como efeito dessa organização que a divisão social do trabalho passa também pelo crivo da raça. Para a autora:

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. (Gonzalez, 2020, p. 46)

Além disso, Lélia compreende a divisão racial do trabalho como um fenômeno resultante do racismo no Brasil e de sua capilarização estrutural. Apesar de anterior ao momento em que Sílvio Almeida (2018) escreve, pode-se estabelecer uma correlação entre a forma com que a antropóloga aborda a divisão racial do trabalho como fenômeno estrutural no país e o racismo estrutural elaborado pelo jurista. Isso porque o racismo estrutural e a divisão racial do trabalho e do espaço, em ambos os autores, apresentam-se como processos históricos e sociopolíticos que, de maneira macrosocial, viabilizam as condições da discriminação e das desigualdades raciais.

No entanto, ao contrário de Almeida, Gonzalez não realiza distinção ou sobreposição dos mecanismos institucionais, estruturais e individuais do racismo, como o faz o jurista. Para a autora, o racismo se apresenta “como uma construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial” (Gonzalez, 2020, p. 55). Partindo de uma perspectiva relacional, além da posição de pessoas negras na estrutura ocupacional, o lugar do negro, em Lélia Gonzalez, também perpassa aspectos microsociais no que concerne às discriminações que se manifestam cotidianamente na vida das pessoas negras. Um exemplo dessas formas de manifestação do racismo, que se efetiva na divisão racial do trabalho, é a “seleção racial”.

A seleção racial é um termo utilizado pela autora para expor os impeditivos pelos quais pessoas negras passam ao tentarem ingressar em determinados cargos, sendo evidenciada por crivos e filtragens por meio das consideradas características importantes para o aceite em uma vaga. Não coincidentemente, essas características são atribuídas à branquitude, de modo que a demanda social por esses tipos de estéticas e “habilidades” significa apenas um eufemismo racista para direcionar pessoas negras a determinadas vagas e excluí-las de outras.

A seleção racial já pode ser notada em anúncios de emprego que exigem “boa aparência”. Essa expressão, como sabemos muito bem, significa “Não aceitamos negros”. Não é por acaso que 83,1% das mulheres negras e 92,4% dos homens negros se concentram em ocupações ligadas ao trabalho manual não qualificado. Ou que quatro quintos da força de trabalho negra exerçam ocupações caracterizadas por baixa remuneração e por baixos índices de escolaridade. (Gonzalez, 2020, p. 67)

Na obra de Gonzalez, essa seleção se torna ainda mais evidente contra mulheres negras, uma vez que as atividades burocráticas que se “feminizaram” na década de 1970, como trabalhos em escritórios e bancos, exigiam padrões estéticos da branquitude que eram atendidos apenas por mulheres brancas. Assim, a seleção racial no mercado de trabalho tem implicações diretas na distribuição racial da estrutura ocupacional ou, nos termos aqui apresentados, na divisão racial do trabalho. Essa seleção torna-se especialmente expressiva devido à sua clivagem de gênero, pois relega mulheres negras a cargos voltados, por exemplo, ao cuidado e ao serviço doméstico. Em uma nota de rodapé, a autora já alertava para a divisão racial do trabalho por gênero e raça nos idos da década de 1980, ao ponderar que

Pesquisas realizadas recentemente demonstram que a divisão racial do trabalho opera de maneira muito mais contundente, em termos de prejuízos para a população negra, do que a divisão sexual do trabalho contra o setor feminino da população brasileira. Queremos dizer que mais uma vez se confirma a terrível situação da mulher negra, uma vez que em termos de distribuição de renda a distância que marca as diferenças entre brancas e negras é muito maior do que aquela que separa homens e mulheres. (Oliveira, Porcaro e Araújo Costa, 1980 *apud*, Gonzalez, 2020, p. 64)

Quanto a isso, a intelectual assinala que opera na sociedade brasileira uma divisão sexual do trabalho com suas articulações raciais. Nesse caso, a divisão racial e a divisão sexual do trabalho se efetivam por meio do fenômeno nomeado por ela como dupla ou tripla discriminação sofrida por mulheres negras. Esse tipo de discriminação as relega a lugares específicos no mercado de trabalho, como o trabalho doméstico, por meio dos marcadores de raça, classe e gênero na estrutura ocupacional.

Na divisão racial e sexual do trabalho a mulher negra sofre as duas discriminações. Vejam bem, as duas, e isso é conduzido historicamente, de forma muito sutil, disfarçadamente... assim tem sido... no campo, nos trabalhos muito importantes e fundamentais da economia nacional você encontra a mulher como um todo – e a negra – sendo discriminada na escala social. Na vida urbana, lá está a mulher doméstica – e a negra – no segundo ou terceiro escalão dessa vida. A mulher negra trabalha sem garantias, não tem carteira assinada – uma conquista já aceita pela nossa legislação trabalhista –, não tem seus direitos de trabalhadora assegurados. (Gonzalez, 2020, p. 302)

A DIVISÃO RACIAL DO ESPAÇO E O LUGAR DO NEGRO

O processo de revisão da literatura revela que Gonzalez (2018) compreende a divisão racial do espaço por meio, dentre outros elementos, da separação entre espaços físicos e sociais ocupados por grupos dominantes e dominados. Para ela, desde a casa grande até os grandes edifícios residenciais, e em seu polo oposto, da senzala às favelas, a segregação socioespacial e racial se mantém presente. A autora discute a divisão racial do espaço para além da segregação urbana ou regional, atentando também aos lugares, na estrutura social, destinados às pessoas negras.

Quer dizer, temos uma divisão racial do espaço não só no nível do país, mas também no nível das entidades, no nível do campo e no nível, evidentemente, da própria estrutura social, como já dissemos anteriormente. O Brasil está estruturado também numa perspectiva racial. (Gonzalez, 2020, p. 248)

Essa concepção da divisão racial do espaço pode ser correlacionada à ideia de *linha de continuidade histórica*, proposta por Beatriz Nascimento (2021). Isto é, remete às separações raciais que se estabeleceram na escravidão e permanecem no pós-abolição por meio da marginalização da população negra no estabelecimento do capitalismo periférico. Se, para a autora, durante a escravidão, a mobilidade geográfica da/o escravizada/o estava ligada ao tipo de atividade econômica realizada no país, no pós-abolição, a população negra permanece submetida e imobilizada pelos mecanismos de barragem social, nos termos de Clóvis Moura (2005). Esses mecanismos, que a população negra, na condição de ex-escravizada, carregava consigo, expressam-se em seus corpos como marcas simbólicas e materiais daquilo que se tornara através do sequestro, da travessia pelo Atlântico e de séculos de degradação existencial proporcionada pela escravidão.

A condição do negro, portanto, vincula-se profundamente à experiência da pessoa escravizada e da ex-escravizada, atuando como uma roupagem social que determinará suas relações interpessoais, sua posição no mercado de trabalho e sua ocupação dos espaços físicos e sociais. Assim, a divisão racial do espaço organiza e delimita o lugar social do negro, seus lugares físicos e sua posição no mercado de trabalho. Essa interpretação aparece como uma constante na obra da intelectual negra.

Por essa breve caracterização, vê-se que na “democracia racial” brasileira, com sua divisão racial do trabalho, a população negra é sempre forçada a permanecer nas escalas inferiores da hierarquia social. Não é por acaso que uma expressão, atribuída a um famoso humorista, afirma sarcasticamente que “no Brasil não existe racismo porque o negro conhece o seu lugar”. Também não é por acaso que o movimento negro se refere à noção de “democracia racial” como um mito. (Gonzalez, 2020, p. 67)

No trecho acima, além de abordar a divisão racial do trabalho, Gonzalez também aborda a ideia de “lugar”, ou seja, propriamente o “lugar de negro”. Esse elemento, além de presente e fundamental na elaboração do seu pensamento, está intrinsecamente ligado a suas elaborações acerca da divisão racial do trabalho e do espaço. Esse lugar social a que são relegadas as pessoas negras é um efeito não apenas do Brasil, mas também de outras sociedades³ em que a raça e o racismo são organizadores das relações sociais. Segundo a reflexão da autora:

O pessoal aqui diz: “Não existe racismo no Brasil”, e o povo complementa da seguinte maneira: “Porque o negro se põe no seu lugar”. Além de uma discriminação, uma divisão racial do trabalho que a gente percebe tranquilamente, há uma divisão racial do espaço também. Ai nós vamos perceber o seguinte: que a atuação da polícia, da repressão policial, ela é típica... Então veja: no nosso caso, quando eu falava de semelhança com a África do Sul, a polícia brasileira ataca as favelas, invade as casas das pessoas, rouba os objetos das famílias e, vejam, a questão do desemprego, da própria crise econômica brasileira, como ela é articulada com o racismo. (Gonzalez, 2020, p. 290-291)

Gonzalez aborda, em sua obra, que a população negra não conhece ou reconhece esse lugar. Ainda assim, ela é continuamente compelida a ele por meio do racismo e de seus mecanismos: a divisão racial do trabalho e do espaço. Nos termos de Fanon (2008), não é o negro que cria a inferiorização e sim o racista. Isso, entretanto, não impede a exploração dos meandros desse lugar social que demarca a condição do negro no Brasil. Ao longo do século XX, estudiosos direcionaram sua atenção para os efeitos da raça no processo de estratificação. O lugar de negro definido por Gonzalez nomeou as tentativas de compreender de que forma a raça e o racismo distribuem diferencialmente os grupos raciais na estrutura de classes.

Há, ainda hoje, um amplo debate acerca da relação entre raça e classe. Para muitos estudos, raça e classe são sinônimos, enquanto outros compreendem que a raça é uma forma de vivenciar a classe, sendo ambas distintas, porém interligadas. Partindo da segunda concepção, as contribuições de Gonzalez evidenciam a correlação entre raça, classe e mobilidade social no Brasil. Tal compreensão resulta dos diálogos estabelecidos com o sociólogo argentino Carlos Hasenbalg (2005), que defendia que a classe seria a posição estrutural do indivíduo sob a mediação do sistema capitalista, enquanto a estratificação seria uma distribuição desigual de privilégios. A raça, no entanto, funciona como um critério em si para determinar as posições no sistema. Em suas palavras:

A proposição mais geral é a de que a raça opera como um critério com uma eficácia própria no preenchimento, por não brancos, de lugares na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Para esclarecer em que sentido a raça opera como critério independente, a distinção de Poulantzas entre os dois aspectos da reprodução ampliada das classes sociais, isto é, a reprodução das posições (lugares) de classe e a reprodução e distribuição dos agentes entre essas posições deve ser lembrada. A raça, como atributo socialmente elaborado, está relacionada principalmente ao aspecto subordinado da reprodução das classes sociais, isto é, a reprodução (formação qualificação - submissão) e distribuição dos agentes. Portanto, as minorias raciais não estão fora da estrutura de classes das sociedades multirraciais, em que as relações de produção capitalista - ou quaisquer outras relações de produção no caso são dominantes. Outrossim, o racismo, como construção ideológica incorporada em e realizada através de um conjunto de práticas materiais de discriminação racial, é o determinante primário da posição dos não-brancos nas relações de produção e distribuição. (Hasenbalg, 2005, p. 120-121)

Em *Lugar de negro*, Gonzalez e Hasenbalg trazem uma proposição semelhante sobre a importância da raça ao se pensar o processo de produção e reprodução das classes na sociedade:

A raça, como atributo social e historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social. (Gonzalez; Hasenbalg, 1982, p. 88-89)

Raça, portanto, é um fator importante no processo de distribuição na estrutura de classes, existindo no Brasil uma distribuição desigual de oportunidades entre negros e brancos. A distribuição regional, o acesso à educação e a estrutura de emprego são constantemente atravessados pelos mecanismos de barreira à mobilidade social de pessoas negras por meio do racismo. Márcia Lima (2002) realiza um caminho semelhante ao elaborar um estudo acerca do mercado de trabalho como revelador e reproduzidor de desigualdades. A socióloga mobiliza a categoria nativa “lugar” para se referir às posições ocupacionais de pessoas negras no mercado de trabalho, relacionando dados estatísticos ao imaginário popular acerca da distribuição ocupacional por raça. Esse imaginário sobre o “lugar” do negro não apenas aponta para as posições no mercado de trabalho, mas atua também como perpetuador de desigualdades.

Como aponta Bourdieu (1996; 2013), muitas vezes o lugar no espaço social coincide com o lugar no espaço físico. Ou seja, a posição que os agentes ocupam dentro do sistema de distribuição de capitais materiais,

³ Gonzalez, como militante negra e intelectual afrodiáspórica, reflete sobre a violência colonial racial que incide sobre a divisão racial do espaço e do trabalho não só no Brasil como também na África do Sul. Ressalta-se que, no momento histórico de sua análise, esse país do continente africano enfrentava o sistema político oficial apartheid, regime de segregação racial.

simbólicos e culturais liga-se aos espaços físicos ou sociais reificados. Em uma sociedade em que há hierarquias sociorraciais, essas hierarquias também se manifestam espacialmente. Gonzalez aborda a divisão racial do espaço como uma demarcação espacial e social dos lugares ocupados pela população negra. Há, portanto, em sua obra, uma correlação entre os aspectos materiais e simbólicos do racismo por meio da divisão racial do espaço e do assim chamado lugar de negro. Esse lugar social e, muitas vezes, físico, que divide a população brasileira, demarca aqueles que irão para as escolas, para o ensino superior e para os altos cargos da estrutura ocupacional e aqueles que irão para os presídios, para as casas de detenção, “pro camburão” e para as ruas, tornando-se, muitas vezes, o corpo designado ao alvo da bala.

Essa separação social é compreendida por Collins e Birge (2021) como *condutos*, isto é, uma metáfora que elucida o papel de políticas educacionais que direcionam estudantes brancos para as universidades e jovens negros para a prisão, para cargos técnicos ou para o desemprego. No Brasil, esses *condutos* se concretizam, no pensamento de Gonzalez, por meio da perseguição policial que, no começo do século XX, no período pós-abolição, foi institucionalizada pela Lei da Vadiagem, a qual marginalizava a população negra “desempregada”, legitimando abordagens policiais truculentas como parte operacional do Estado.

Contemporaneamente, essas medidas são atualizadas pelas políticas de combate às drogas, como a Lei nº 11.34/2006, que deixa a cargo da polícia a classificação de usuário ou traficante. Constata-se, assim, a mesma brecha no âmbito da segurança pública estatal: determinar os corpos negros, ou os *lugares de negros*, que serão marcados socialmente como criminosos.

Enquanto isso, o negro, o nosso povo, continua marginalizado nas favelas, alagados, conjuntos “habitacionais”, invasões etc. Continua sendo discriminado na admissão aos empregos, racialmente perseguido no trabalho e sofrendo a sistemática repressão da polícia, que o prende como vadio (desemprego, no caso do negro, é sinônimo de vadiagem, sabia?). (Gonzalez, 2020, p. 179-180)

Esse conjunto de elementos transforma o negro no que Gonzalez (2020) nomeia de *massa marginal*. Cabe a essa massa realizar trabalhos esporádicos, subtrabalhos, ou estar abertamente desempregada. A marginalização do negro, a subvalorização de seu trabalho e a precarização das condições de vida resultam do que Gonzalez aponta ser a divisão racial do trabalho. Como denunciado pelo geógrafo negro Milton Santos (2014), a cidadania construída na periferia do capital, nesse caso a sociedade brasileira, ocasiona um tipo de *cidadão e cidadã multilado(a)*.

Gonzalez também denuncia o que seria uma cidadania esfaqueada e dilacerada vivenciada por parte dessa população. Para a antropóloga, o que opera neste país é uma cidadania apenas no papel, mas não uma cidadania social, civil e política. Isso faz com que essa população tenha um descompasso em relação aos acessos e direitos básicos, o que impede sua incorporação plena na estrutura social.

Em Gonzalez, no entanto, o lugar social do negro não é um lugar estático e imposto de maneira unilateral, mas um lugar em trânsito, em disputa, e que elucida a dinâmica denominada por Collins (2019) de dialética entre opressão e ativismo. Em outros termos, da mesma forma com que a população negra é relegada a determinados espaços, outros espaços são criados como fruto da resistência negra em contextos afrodiáspóricos. Gonzalez destaca as escolas de samba, os bailes *soul*, os terreiros, o movimento negro e de mulheres negras, entre outros, como espaços socioculturais, políticos, religiosos e educacionais de resistência negra.

Assim, simultaneamente à vulnerabilidade e à violência racial contra a população negra, há também movimentos de reivindicações por direitos por parte da população negra cujo direito à cidadania não é plenamente garantido.

As assembleias nacionais realizadas no Rio de Janeiro e em Salvador apontam para essa combinação de objetivos. Por exemplo, num tópico relacionado à discriminação racial ou à divisão racial do trabalho, as questões do desemprego ou do subemprego, a criação de creches ou a melhoria das condições de moradia nas cidades e nas áreas rurais também vieram à tona. Ao mesmo tempo em que denunciam a violência policial contra a população negra e a discriminação racial nas prisões, também atacam a exploração do trabalho prisional, exigindo o direito de organização para os presidiários e a criação de centros de recuperação para sua efetiva reintegração à sociedade. Ao mesmo tempo em que denunciam a exploração comercial, a inferiorização e a distorção da cultura negra, eles exigem a criação de teatros nas periferias e rejeitam a colonização cultural como um todo. Enquanto protestam contra a perseguição racial nos locais de trabalho, também reivindicam melhores salários, o direito à sindicalização e o direito de greve. (Gonzalez, 2020, p. 119-120)

Passemos então a analisar, a partir do processo de revisão de literatura realizado, como a divisão racial do trabalho e do espaço emergem na obra da autora.

DIVISÃO RACIAL DO TRABALHO E DO ESPAÇO NA OBRA DE LÉLIA GONZALEZ: BREVE SISTEMATIZAÇÃO

A realização deste procedimento de pesquisa contribuiu para cartografar, do ponto de vista conceitual, momentos em que não apenas Gonzalez os aciona, mas também em que outros(as) intelectuais o fazem. Partindo dessa perspectiva, foi elaborada uma breve sistematização dos registros (textos, palestras, entrevistas *etc.*) em que a intérprete brasileira mobiliza a divisão racial do trabalho, a divisão racial do espaço, ou ambas, em seu pensamento.

Quadro 1 – Divisão racial do trabalho e do espaço na obra de Lélia Gonzalez

Título	Ano	Tipo de registro
A juventude negra brasileira e a questão do desemprego	1979	Segunda Conferência Anual do African Heritage Studies Association
Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher	1979	Comunicação Pittsburgh – LASA
O racismo no Brasil é profundamente disfarçado	1979	Entrevista com Lélia Gonzalez Mediação: Carlos A. Pereira e Heloisa B. Holanda (Patrulhas ideológicas)
Discurso na Constituinte	1979	Reunião da subcomissão dos negros, populações indígenas e pessoas com deficiência
A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica	1979	Symposium The Political Economy of the Black World CLA
O apoio brasileiro à causa da Namíbia: dificuldades e possibilidades	1980	Apresentação – ANPOCS
A questão negra no Brasil	1980	Cadernos trabalhistas
O movimento negro na última década (O Movimento Negro Unificado: um novo estágio na mobilização política negra)	1982	Lugar de negro
Mulher negra	1983	Carta
Racismo e sexismo na cultura brasileira	1984	Revista de Ciências Sociais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)
Cidadania de segunda classe	1988	Aula do curso cidadania e racismo – IPCN (Instituto de Pesquisa das Culturas Negras)

Fonte: Quadro elaborado pela autora, 2025.

Muitas das comunicações, palestras e demais registros de Gonzalez foram publicados e republicados em mais de um veículo de comunicação. Na elaboração da sistematização, decidimos manter registrada a primeira menção encontrada. Cabe ressaltar que os trabalhos de Alex Ratts e Flávia Rios (2010), de Flávia Rios e Márcia Lima (2020) e o catálogo *Lélia Gonzalez* (2021), dentre outros, foram fundamentais para a realização desse quadro.

Conforme podemos notar, a primeira menção aos conceitos elaborados pela autora ocorreu em 1979 e a última, em 1988, em uma aula ministrada no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), em um contexto de retomada da democratização no Brasil. Gonzalez mobiliza esses conceitos em diferentes momentos da conjuntura social brasileira. As menções aparecem em caráter de constatação: após expor dados acerca das desigualdades, a autora afirma que há uma divisão racial do trabalho e/ou do espaço.

Notamos, ainda, que alguns intelectuais retomaram, nos últimos anos, essas categorias trabalhadas por Gonzalez em seus próprios estudos. Flávia Rios, em *Lélia Gonzalez, uma teoria crítica do social* (2022), aciona a divisão racial do trabalho para demonstrar que, na obra da intelectual, existe uma interdependência entre a formação do capitalismo e o racismo no país. Rios (2022), por sua vez, propõe observar os deslocamentos analíticos tecidos por Gonzalez por meio de uma teoria crítica que incorpora elementos da teoria clássica, sobretudo marxista, mas que centraliza a correlação com a dominação sexual e racial.

Fernanda Fonseca (2021), de maneira análoga, dedica um tópico da sua dissertação de mestrado intitulada *Nossa América Ladina: o pensamento (decolonial) de Lélia Gonzalez* ao tema. Assim como Rios, Fonseca ressaltava o papel da divisão racial do trabalho na economia brasileira, sob a imbricação entre raça e classe no processo de estratificação social. A divisão racial do espaço, por sua vez, é trabalhada por Alex Ratts em sua contribuição à coleção *Questões urbanas e racismo*, organizada por Emerson dos Santos (2013). No texto *Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez*, o pesquisador retoma uma citação de Lélia sobre a divisão racial do espaço para compreender os lugares naturalizados da população negra.

Outra contribuição que mobiliza as reflexões de Gonzalez acerca da divisão racial do trabalho e do espaço é a do sociólogo Jair Costa Silva (2023), em *Capital racial e as cifras do genocídio*. Nesse texto, o autor utiliza essas categorias para fundamentar a noção de capital racial, conceito elaborado em sua dissertação de mestrado, que emerge tanto das entrevistas realizadas em sua pesquisa sobre abordagem policial em Belo Horizonte quanto da correlação entre capital simbólico e racialização.

O pensamento de Gonzalez tem obtido cada vez mais reconhecimento e alcance social e acadêmico nos últimos anos. Um exemplo é a publicação do livro *Por um feminismo afro-latino-americano*, organizado por Rios e Lima (2020). Pesquisas acadêmicas começam, agora, a incorporar de forma sistemática o pensamento da intelectual. Não obstante, a partir desta investigação, constatamos que as referências à divisão racial do trabalho e do espaço ainda são incipientes. Um dos possíveis motivos é a dispersão dessas categorias ao longo de sua obra. É precisamente nesse ponto que se insere a contribuição desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou explorar os conceitos de divisão racial do trabalho e de divisão racial do espaço na obra de Lélia Gonzalez. Ao longo do texto, buscamos demonstrar em quais contextos sociopolíticos e culturais a intelectual aciona esses conceitos e de que forma eles organizam tanto seu pensamento quanto a estrutura social brasileira. Compreendemos que, ao retomar continuamente a divisão racial do trabalho e do espaço em seus textos e demais produções, Lélia Gonzalez nomeia fenômenos que demarcam clivagens raciais e, consequentemente, os lugares a que são relegados os corpos racializados no Brasil.

Constatamos que a “divisão racial do trabalho” e a “divisão racial do espaço” foram utilizadas pontualmente por Gonzalez em suas palestras, aulas, comunicações orais, entrevistas e textos. Assim, foi necessário dialogar com outros trabalhos acadêmicos da área das relações raciais que dialogam com o pensamento de Lélia Gonzalez ou com as categorias propriamente ditas.

Compreendemos que a pensadora e militante do movimento negro e de mulheres negras realiza o que Guerreiro Ramos (1996) denomina redução sociológica: uma aplicação de termos e teorias sociológicas submetida a um processo de autodefinição da realidade nacional, filtrando técnicas, métodos e instrumentos de análise para o contexto brasileiro. Nesse sentido, a divisão racial do trabalho e a divisão racial do espaço são conceitos que denominam fenômenos sociais fundamentais para compreender o racismo e seus mecanismos de reprodução nas especificidades brasileiras. Esses conceitos evidenciam as cisões raciais e seus efeitos nas relações sociais, espaciais, trabalhistas e interpessoais. Em outras palavras, contribuem para a compreensão de como a raça se capilariza na vida social de sujeitos racializados.

Faz-se importante dizer que Gonzalez reflete sobre as desigualdades raciais em contextos afrodiaspóricos na segunda metade do século XX, período marcado pela ebulição de movimentos sociais e culturais ao redor do mundo. Esse contexto socio-histórico impactou significativamente a busca por direitos de grupos marginalizados. No entanto, apesar dos avanços e conquistas decorrentes da resistência e da luta do movimento negro, a divisão racial do trabalho e do espaço, enquanto dispositivos das desigualdades raciais, permanece vigente no século XXI.

Ao analisar outras pesquisas realizadas nas últimas décadas que dialogam direta ou indiretamente com o pensamento de Gonzalez, constatamos que suas interpretações críticas acerca dessas categorias continuam oferecendo suporte teórico e empírico para compreender as desigualdades ocupacionais e espaciais da atualidade. Além disso, elas se entrecruzam com outras formas de manifestação do racismo, de modo que tais concepções constituem uma base conceitual importante no campo das relações raciais, pois auxiliam a desnudar o lugar do negro em meio às transformações sociopolíticas e históricas.

Nesse sentido, a realização deste trabalho demonstra que o pensamento de Lélia Gonzalez necessita ser conhecido e trabalhado de maneira profunda e sistemática. Esse esforço vem sendo empreendido por diversos(as) intelectuais negros(as) e não negros(as) nas últimas décadas. Portanto, esta não é uma retomada meramente simbólica, uma vez que a obra da intelectual e militante negra oferece elementos e ferramentas analíticas, conceituais e práticas fundamentais para compreender o funcionamento do racismo no Brasil. A divisão racial do trabalho e a divisão racial do espaço, aqui analisadas, evidenciam essa potencialidade de sua obra que, além de permanecer atual, ainda é capaz de propiciar novas interpretações da realidade social, tanto no país quanto em outros contextos afrodiaspóricos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: ANDRÉ, Marli; LUDKE, Menga. *Pesquisa e educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: E.P.U, 1986. p. 25-45.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SANTOS, Renato Emerson dos. *Questões urbanas e racismo*. [S.l.]: ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.
- DU BOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Trad. Joice Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- FONSECA, Fernanda. *Nossa América Ladina: o pensamento decolonial de Lélia Gonzalez*. 2021. Dissertação (Mestrado em relações internacionais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.
- GILROY, Paul, *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Coletânea organizada e editada pela UCPA. União dos Coletivos Pan-Africanistas. Diáspora Africana, 2018.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- LIMA, Márcia. 'Serviço de 'branco', serviço de 'preto' – o lugar da cor no mercado de trabalho. Anais do XXVI Encontro anual da ANPOCS: Caxambu, 2002.
- MARQUES, Amanda. *Lélia Gonzalez: relações étnico-raciais e lugares de (re)existências*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 2017.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Editora Companhia das Letras, 2021.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- RATTS, Alex; RIOS, Flávia. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- RIOS, Flávia; KLEIN, Stefan. Lélia Gonzalez, uma teórica crítica do social. *Sociedade e Estado*, v. 37, p. 809-833, 2022.
- RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANTOS, Hasani. O problema da linha de cor e a diferença cultural: raça, etnicidade e diáspora no século XXI. *Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul*. v. 2, n. 25, 2021.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Jair. Capital racial e as cifras do genocídio: a contabilidade não deve ser um fator objetivo e isolado. In: Flávia Cristina Silveira Lemos *et al.* (org.). *Brutalismos, necropolítica e biopolíticas: governamentalidades em quadros de guerra que tornam vidas precárias: encontros entre Michel Foucault, Achille Mbembe e Judith Butler*. Curitiba: Editora CRV, 2023. p. 1-758.

Data de submissão: 29/05/2025

Data de aceite: 15/10/2025

Data de publicação: 15/12/2025